

CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO REF.ª Nº 22_ GPENAPOR_2022
Fornecimento de uma Viatura

ENTRE

- ENAPOR -

EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

CAETANO AUTO CV S.A

Grupo Salvador Caetano

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C. P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C. P. 67 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 59 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sta. Antão - Tel:
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAÇAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO
VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - C. P. N.º 29, Cidade
de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.

CONTRATO DE FORNECIMENTO

Entre

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Detentora do Capital Social de 1. 200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo **Eng.º Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de São Vicente titular do NIF: 121916391, e pelo **Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo respetivamente, no uso de competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada **Primeira Outorgante**;

E

CAETANO AUTO CV S.A – GRUPO SALVADOR CAETANO, Sociedade Anónima, com sede em Achada Grande Trás - Praia - Santiago, com o capital social de 60.000.000\$00 (Sessenta Milhões de Escudos), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Praia, sob o nº 320/1994/04/04, titular do NIF: 200120395, legitimamente representada pelo Administrador, Dr. **Rodrigo Alves Finkler**, residente na cidade do Praia - Palmarejo, titular do Passaporte nº YC852, adiante designada por **Segunda Outorgante**

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades é de boa-fé e livre vontade firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Fornecimento que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª
(Objeto)

Pelo presente contrato, a Segunda Outorgante compromete-se a fornecer **uma viatura da marca TOYOTA HIACE KDH222L-LEMDY**, nos termos referenciados na proposta/ Factura Proforma nº 22-0262 datada de 28 de Abril de 2022.

Cláusula 2ª
(Regime)

1. O preço a pagar é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.
2. A Segunda Outorgante compromete-se a fornecer a viatura da marca TOYOTA HIACE KDH222L-LEMDY, descrita na Cláusula anterior, pelo valor indicado na Cláusula 3ª sem direito a revisão de preços.

Cláusula 3ª
(Preço)

O preço acordado pelo fornecimento da viatura identificada na Cláusula anterior é de **3.304.348,00 cve (três milhões trezentos e quatro mil e trezentos e quarenta e oito escudos)**, valor esse que deverá ser acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4ª
(Faturação e Condições de Pagamento)

1. A faturação do fornecimento do bem será efetuada até ao dia 30 (trinta) do mês subsequente à data do fornecimento.
2. A Segunda Outorgante emitirá a fatura em nome da Primeira Outorgante, sendo esta enviada para a sede da ENAPOR, SA, em S. Vicente.
3. O pagamento do fornecimento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da receção da respetiva fatura.

4. Desde que devidamente emitida e observado o disposto na presente cláusula, a fatura será paga através de transferência bancária para a conta a indicar pela Segunda Outorgante.
5. Em caso de discordância quanto ao valor indicado na fatura, Primeira Outorgante deverá comunicar este facto a Segunda Outorgante por escrito e no prazo de 3 (três) dias após a receção da respetiva fatura, ficando a Segunda Outorgante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. O não pagamento dos valores contestados não vence juros de mora nem justifica a suspensão do fornecimento do bem por parte da Segunda Outorgante, devendo, no entanto, a Primeira Outorgante proceder ao pagamento da importância não contestada.
7. A Primeira Outorgante reserva-se no direito de, sem prejuízo do direito às penalidades e a uma indemnização nos termos gerais de direito, suspender o pagamento acima referido, quando a Segunda Outorgante não estiver a cumprir as suas obrigações contratuais.
8. Mediante a prestação de uma caução para adiantamento de preços, e por conta do fornecimento a realizar ou de atos preparatórios, será efetuado um adiantamento de até 30% (trinta por cento) do valor contratual.

Cláusula 5.^a
(Prazos e Local de Entrega)

A Segunda Outorgante, obriga-se a entregar a viatura, no prazo máximo de 90 (noventa dias) após a assinatura do presente contrato, nas instalações da Segunda Outorgante no Porto da Praia, Ilha de Santiago.

Cláusula 6.^a
(Multa por violação incumprimento do prazo de Entrega)

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, ou a terceiros por esta contratados para o fornecimento do bem, objeto do presente

contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nas seguintes situações:

- 1.1. atraso no fornecimento da viatura objeto do presente contrato;
- 1.2. Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 30 (trinta) dias;
- 1.3. Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;
2. Caso seja aplicada uma das penalidades nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e faturado aquando da ocorrência do fato gerador.
3. O prazo para o pagamento, pela Segunda Outorgante, das penalidades previstas na presente cláusula é de 15 (quinze) dias a contar da data da receção da respetiva fatura, emitida pela Primeira Outorgante.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Primeira Outorgante exija uma indemnização por dano emergente.

Cláusula 7.^a
(Dever de boa execução)

A Segunda Outorgante fica sujeita, no que diz respeito à execução do presente contrato, às exigências legais e regulamentares do sector aplicáveis às matérias objeto do contrato.

Cláusula 8.^a
(Inspeção)

1. Realizada a entrega da viatura objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante procederá, no prazo de 5 (cinco) dias a uma inspeção qualitativa da mesma, com vista a verificar se reúne as características, especificações e requisitos técnicos, bem como dos demais requisitos legais aplicáveis.
2. Durante a fase de Inspeção a Segunda Outorgante obriga-se a prestar à Primeira Outorgante toda a cooperação e esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização do mesmo através das pessoas que considere devidamente credenciadas para o efeito.

3. Os encargos com a realização da inspeção que advenham para a Segunda Outorgante, nomeadamente, os custos de deslocação e de recurso a mão-de-obra especializada, serão por esta exclusivamente suportados.

Cláusula 9.^a
(Inoperacionalidade, defeitos ou desconformidades)

1. Após a realização da inspeção referida na cláusula anterior e caso se comprove a inoperacionalidade, desconformidade com as exigências legais ou a existência de defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos identificados, a Primeira Outorgante deverá disso informar, por escrito, a Segunda Outorgante.
2. No caso previsto no número anterior a Segunda Outorgante deverá proceder, por sua conta e risco, à respetiva reparação ou substituição do(s) item(s), no prazo de 10 (dez) dias, ficando exclusivamente a cargo da Segunda Outorgante quaisquer custos que advenham ou possam advir da referida reparação e/ou substituição.
3. Após a realização da/s reparações ou substituições necessárias pela Segunda Outorgante, no prazo respetivo, a Primeira Outorgante procederá a nova inspeção, nos termos constantes da cláusula anterior.

Cláusula 10.^a
(Aceitação da Viatura)

1. Caso se venha a verificar a total operacionalidade da viatura da marca TOYOTA HIACE KDH222L-LEMDY no decurso da inspeção referida nas cláusulas anteriores, bem como a sua conformidade com as exigências legais e nela não seja detetado quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na proposta apresentada pela Segunda Outorgante, deve ser emitido um auto de receção, no prazo 5 (cinco) dias a contar do final da inspeção, assinado pela Primeira Outorgante.
2. Mediante a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade da viatura TOYOTA HIACE KDH222L-LEMDY, para a Primeira Outorgante, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre a Segunda Outorgante.

Cláusula 11.^a
(Garantia)

1. A Segunda Outorgante garantirá, sem qualquer encargo para a Primeira Outorgante, a Garantia contra defeitos de fabrico de 100.000 km (cem mil quilómetros) ou 36 (trinta e seis) meses, o que ocorrer em primeiro lugar, desde que a sua manutenção seja executada em Oficina da Rede Oficial TOYOTA.
2. O prazo de garantia referido no número anterior conta-se a partir da data da assinatura do auto de receção;
3. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de uma utilização imprópria ou de negligência por parte da Primeira Outorgante, bem como todos os defeitos resultantes da ação de terceiros e de casos de força maior.

Cláusula 12.^a
(Documentos)

1. Fazem parte integrante deste contrato todos os documentos nele mencionados, nomeadamente a Proposta/ Factura Proforma nº 22-0262 datada de 28 de Abril de 2022.

Cláusula 13.^a
(Resolução por parte da Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente previsto:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos da lei;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
 - c) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na lei;

- d) Se a entrega da viatura objeto do presente contrato, se atrasar por um período superior a 1 (um) mês da data inicialmente prevista.

Cláusula 14.^a
(Efeitos da resolução)

1. Em caso de resolução do contrato por parte da Primeira Outorgante por facto imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades/multas que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 15.^a
(Resolução de Litígios)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o diferendo ou litígio será dirimido pelo foro da Comarca de S. Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro Tribunal.

Cláusula 16.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pelas disposições do Código Civil vigente e demais legislação Cabo-verdiana aplicável.

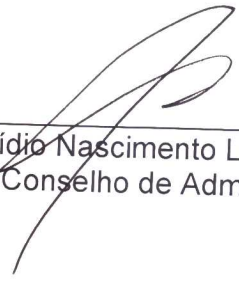
As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

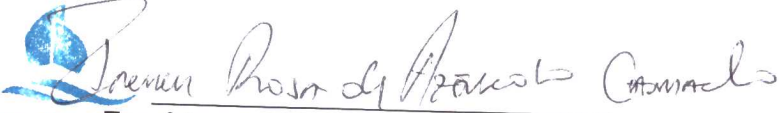
Este Contrato, constituído por 9 (nove) páginas, é feito em 2 (Duas) vias, sendo uma para cada uma das partes.

Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, aos 17 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante
ENAPOR, SA


Eng.º Alcídio Nascimento Lopes
Presidente do Conselho de Administração


Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Administrador Executivo

A Segunda Outorgante
CAETANO AUTO CV


Dr. Rodrigo Alves Finkler
Administrador